

## Simulado - TJ-PE - Técnico Judiciário - Banca IBFC

1. Acerca da Constituição do Estado de Pernambuco, são direitos dos servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, ocupantes de cargo público, aqueles assegurados no § 3º, do art. 39 da Constituição da República Federativa do Brasil, além de outros instituídos nas normas específicas do Estatuto próprio:

- a) garantia da percepção do salário mínimo fixado em lei, definido pelo Estado da Federação
- b) duração do trabalho normal não superior a seis horas diárias e trinta horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada por interesse público ou mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho
- c) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cento e cinquenta por cento à do normal
- d) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias**

2. Acerca do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco, assinale a alternativa incorreta sobre a correição parcial.

- a) Cabe correição parcial, no processo penal, por ato de juiz que, por erro ou abuso, importe inversão tumultuária do processo, quando não previsto recurso específico na legislação processual penal.
- b) O procedimento da correição parcial será o da apelação, como disciplinado na lei processual civil, com manifestação da Procuradoria Geral de Justiça em dez dias.**
- c) O relator poderá suspender liminarmente a decisão que deu motivo ao pedido correicional, se relevante o fundamento e quando do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida.
- d) Julgada a correição, o juízo de origem será imediatamente comunicado.

3. Sobre a Lei Complementar nº 100/2007, que abarca o Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco, assinale a alternativa correta acerca dos Juízes Estaduais.

- a) O Juiz titular da comarca, ou quem responder por ela, será o Diretor do Foro.**
- b) Nas comarcas com mais de uma vara, o Diretor do Foro será designado pelo Corregedor Geral de Justiça.
- c) A Diretoria do Foro não participará da elaboração do orçamento do Poder Judiciário.
- d) A administração do foro judicial, no âmbito de cada comarca, compete ao Presidente do Tribunal de Justiça.

4. A respeito da Lei Estadual nº 6.123/1968, que versa sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco, assinale a alternativa que não corresponde a uma das proibições ao servidor.

- a) violar total ou parcialmente quaisquer direitos de advogado ou advogada, reconhecidos por lei federal vigente no país.
- b) promover direta ou indiretamente a paralisação de serviços públicos ou dela participar;
- c) praticar usura em qualquer de suas formas;
- d) guardar sigilo sobre documentos e fatos de que tenha conhecimento em razão do cargo ou função.**

5. Selecione a alternativa que não corresponde a uma responsabilidade do usuário do PJe, nos termos da Resolução CNJ nº 185/2013:

- a) o acesso ao seu provedor da internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas
- b) consulta de inteiro teor de processos sob sigilo de justiça, enquanto terceiro, sem realização de credenciamento**
- c) o acompanhamento do regular recebimento das petições e documentos transmitidos eletronicamente
- d) a aquisição, por si ou pela instituição ao qual está vinculado, do certificado digital, padrão ICP-Brasil

6. Conforme a Lei nº 11.419/2006 (Informatização do Processo Judicial), no processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, inclusive da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico. Acerca destes atos processuais, assinale a alternativa correta.

- a) Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.**
- b) As citações, intimações, notificações e remessas, ainda que inviabilizem o acesso à íntegra do processo correspondente, serão consideradas vista pessoal do interessado para todos os efeitos legais.
- c) Quando, por vontade das partes, for indesejado o uso do meio eletrônico para a realização de citação, intimação ou notificação, esses atos processuais poderão ser praticados segundo as regras ordinárias, digitalizando-se o documento físico, que deverá ser posteriormente destruído.
- d) As intimações feitas por portal eletrônico próprio, excetuadas as da Fazenda Pública, serão consideradas pessoais para todos os efeitos legais.